

ISA na Mídia

■ Escola indígena

# Com as próprias mãos

Índios de mais de 200 etnias desenvolvem modelos de ensino baseados em suas línguas, culturas e tradições

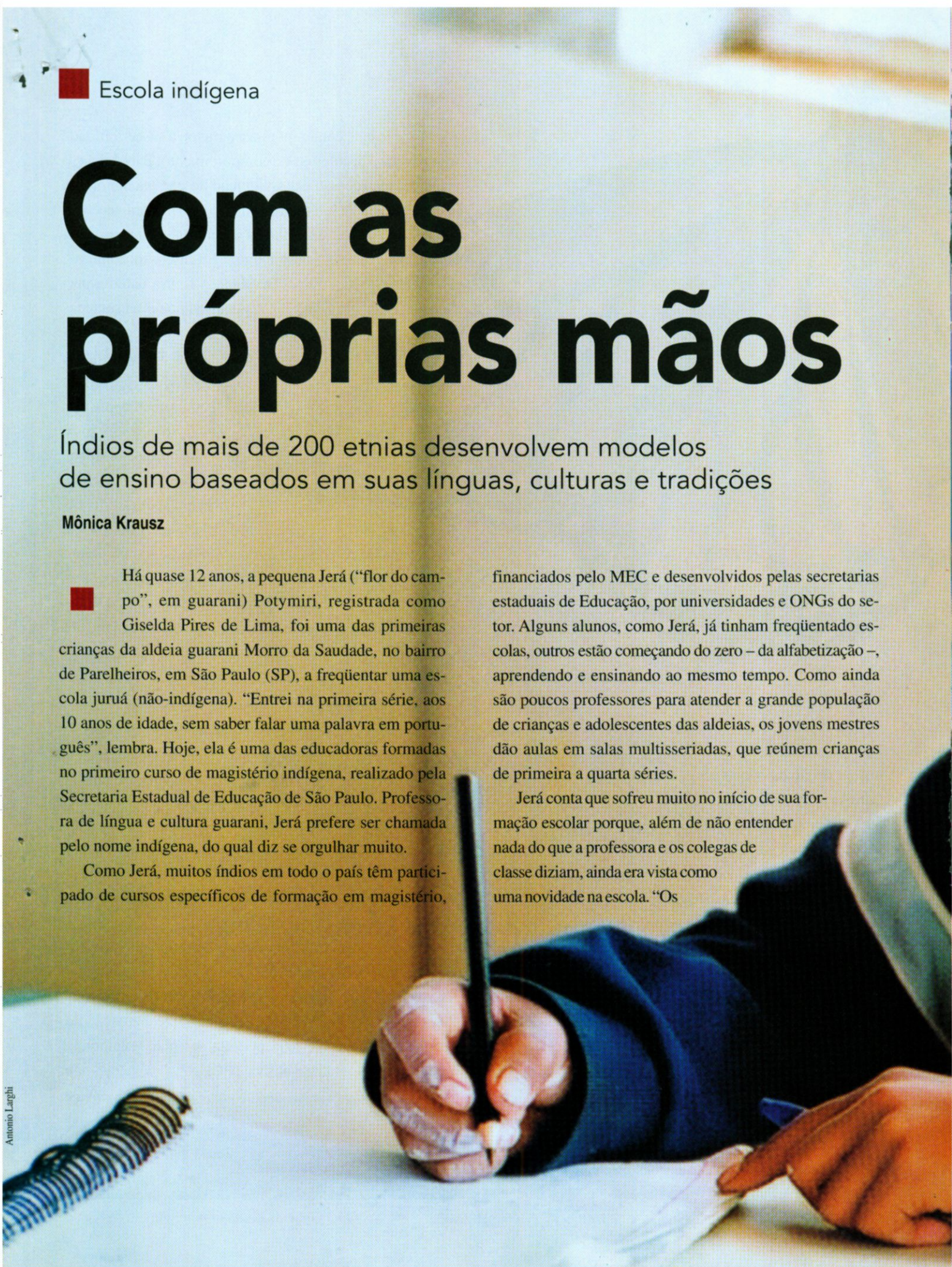
Mônica Krausz

■ Há quase 12 anos, a pequena Jerá (“flor do campo”, em guarani) Potymiri, registrada como Giselda Pires de Lima, foi uma das primeiras crianças da aldeia guarani Morro da Saudade, no bairro de Parelheiros, em São Paulo (SP), a freqüentar uma escola juruá (não-indígena). “Entrei na primeira série, aos 10 anos de idade, sem saber falar uma palavra em português”, lembra. Hoje, ela é uma das educadoras formadas no primeiro curso de magistério indígena, realizado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Professora de língua e cultura guarani, Jerá prefere ser chamada pelo nome indígena, do qual diz se orgulhar muito.

Como Jerá, muitos índios em todo o país têm participado de cursos específicos de formação em magistério,

financiados pelo MEC e desenvolvidos pelas secretarias estaduais de Educação, por universidades e ONGs do setor. Alguns alunos, como Jerá, já tinham freqüentado escolas, outros estão começando do zero – da alfabetização –, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo. Como ainda são poucos professores para atender a grande população de crianças e adolescentes das aldeias, os jovens mestres dão aulas em salas multisseriadas, que reúnem crianças de primeira a quarta séries.

Jerá conta que sofreu muito no início de sua formação escolar porque, além de não entender nada do que a professora e os colegas de classe diziam, ainda era vista como uma novidade na escola. “Os





Garoto guarani estuda  
na aldeia indígena  
Morro da Saudade,  
em São Paulo (SP)





colegas vinham me tocar para ver como eu era. Eu não entendia nada”, lembra-se. Encontrou na professora um apoio: “Em um ano, eu já falava português. Ela me ensinava, com muita paciência, por meio de gestos e figuras.” Jerá conta que desde aquele momento resolveu que seria professora e que iria ensinar as crianças de seu povo, para que não passassem pelas mesmas dificuldades, enfrentando uma língua e, principalmente, uma cultura estranhas.

Segundo ela, o curso realizado por profissionais da USP no Centro Especial de Formação em Magistério (Cefam), do bairro Tucuruvi, em São Paulo (SP), já é um bom começo, mas pode melhorar: “Acho que precisaria de mais participação indígena na elaboração dos conteúdos.” Jerá planeja prosseguir os estudos e pretende fazer um curso superior de educação indígena pela USP ou pela PUC de São Paulo.

Em suas aulas na escola da aldeia, onde ainda trabalham outros seis professores não-índios e um guarani, Jerá diz que procura valorizar a história do Brasil e de sua gente pelo ponto de vista de seu povo. Ensinando, por exemplo, que quando os portugueses chegaram aqui, “não descobriram o Brasil”, encontraram uma terra que já era habitada por mais de mil povos indígenas, totalizando entre 2 milhões e 4 milhões de pessoas. Jerá também ensina seus alunos a ler e a escrever em guarani, passando para a escrita as histórias que ouvia contar oralmente na Opy (casa de reza, danças e rituais), pelo pajé e pelos índios mais velhos.

Segundo o coordenador de educação indígena da aldeia Morro da Saudade, Elias Onório dos Santos, a Opy também é onde se aprendem saberes tradicionais. É uma escola oral, liderada pelo chefe espiritual, o pajé. Timóteo Verá (“brilhante”), cacique eleito pela comunidade, explica que a educação escolar indígena, baseada na escrita, serve mais como uma forma de defesa para o seu povo. Para ele e para muitos dos representantes indígenas favoráveis à educação escolar, é importante que a sua gente conheça também a cultura não-indígena, saiba ler, escrever e falar em português, para compreender seus direitos e poder se comunicar com os não-índios. “A educação indígena que temos na Opy é a nossa verdadeira educação”, acredita. “A outra é um instrumento de defesa.”

Realmente, as nações indígenas têm muito o que aprender em relação aos seus direitos. Hoje, elas estão reduzidas a 217 povos, algo entre 350 mil e 700 mil in-

**Jerá é uma das educadoras formadas no primeiro curso de magistério indígena**



Fotos: Antonio Larghi

**As cinco etnias paulistas são: krenak, tupi, terena, kaingang e guarani (à qual pertence a jovem acima)**

divíduos (as estimativas variam muito conforme os critérios de pesquisa), que falam mais de 180 línguas diferentes. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação escolar indígena sempre teve os objetivos de catequizar ou de trazer o índio para dentro dos padrões da sociedade não-indígena. Com a Constituição de 1988, porém, a situação começou a mudar.

Além da Constituição, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, o Plano Nacional de Educação Indígena e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Escola Indígena, de 2001, asseguraram, por exemplo, o uso e a manutenção das línguas maternas e o respeito aos processos próprios de aprendizagem das sociedades indígenas no processo escolar. Além de desenvolver um currículo bilíngüe (em português e na língua-mãe de cada etnia), a educação escolar indígena deve respeitar as hie-

de aula, ensina jogos e brincadeiras não-indígenas e procura resgatar brincadeiras, danças e jogos indígenas. Na sala de aula, mostra como funcionam os músculos, a respiração e a circulação do sangue. "Quando cheguei aqui, confesso que estava com medo, tinha medo do desconhecido", conta. "Hoje, fico triste quando penso que, em breve, quando já houver professores indígenas suficientes, terei de sair", acrescenta. "Hoje, tenho mais medo dos não-guaranis."

## ENSINAR SEM INVADIR

Enquanto não há professores indígenas suficientes para todos os alunos da escola, algumas contam com mestres não-indígenas. A escola indígena da aldeia Morro da Saudade, em São Paulo (SP), por exemplo, tem seis "professores juruás". Entre eles, os alunos destacam a professora Mônica Lira Gomes, de 26 anos, que ministra aulas de educação física. Uma rápida conversa com a professora, no entanto, mostra o porquê dessa preferência. Ela dá aula dentro e fora da sala

de aula, ensina jogos e brincadeiras não-indígenas e procura resgatar brincadeiras, danças e jogos indígenas. Na sala de aula, mostra como funcionam os músculos, a respiração e a circulação do sangue. "Quando cheguei aqui, confesso que estava com medo, tinha medo do desconhecido", conta. "Hoje, fico triste quando penso que, em breve, quando já houver professores indígenas suficientes, terei de sair", acrescenta. "Hoje, tenho mais medo dos não-guaranis."

rarquias de cada povo, suas lideranças, seu calendário, suas tradições. Daí a necessidade de o professor da escola indígena ser, preferencialmente, um índio da própria comunidade, indicado por suas lideranças.

De acordo com a lei que criou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), não são mais admitidos os chamados professores leigos, sem formação específica para o magistério, caso em que se enquadrava a maioria dos professores indígenas brasileiros.

De acordo com Deusdith Velloso, coordenadora do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, no Estado existem cinco etnias: tupi, guarani, kaingang, terena e krenak. Na capital paulista existem três aldeias indígenas, todas guarani, duas no bairro de Parelheiros e uma no bairro Jaraguá, cada qual com sua escola e suas lideranças. Deusdith conta que o primeiro curso de formação de professores indígenas certificado pela USP foi iniciado em julho do ano passado, com 60 professores índios. “Destes, apenas 19 já tinham o ensino médio”, destaca.

Mesmo enquanto estudam, esses professores já estão em ação, atuando em suas escolas. Os educadores indígenas aprendem e estudam língua portuguesa, indígena e estrangeira (inglês ou espanhol); educação física; arte e cultura indígena; ciências naturais e humanas; matemática; história geral, do Brasil e indígena; legislação indígena; sociologia; didática; história da educação; informática, entre outros conteúdos.

As leis atuais garantem a possibilidade de estudo e docência simultâneos justamente para que as novas gerações sejam educadas por professores indígenas que conheçam as peculiaridades culturais de cada grupo. É por isso que os programas de formação indígena devem ser diferenciados do magistério tradicional. Profissionais qualificados e com histórico de trabalho nas questões indígenas ajudam os futuros professores índios na elaboração de currículos, materiais didáticos e programas específicos.

Maria Cristina Troncarelli coordena o projeto de formação de professores no Xingu e Rio Negro do Instituto Socioambiental. Ela conta que a insti-

**Para muitos índios,  
língua portuguesa  
é instrumento de  
defesa de seus direitos**





Educação

Agosto 2003

39

332



**Nações indígenas foram reduzidas a 217 povos, que falam 180 línguas diferentes**

tuição tem conseguido, com o apoio do MEC e outros financiadores nacionais e internacionais, editar alguns livros em língua indígena, escritos pelos

professores índios. São materiais de qualidade, que pela primeira vez colocam no papel as histórias e as tradições que até hoje foram orais. “Infelizmente, ainda tem gente que, na hora de fazer a avaliação para o financiamento, olha os originais e diz que aquilo é obra de arte, não é livro para índio”, lamenta.

Segundo Maria Cristina, os materiais produzidos pelos professores índios são fundamentais para promover a identificação entre os leitores e o que está escrito no livro. Além disso, por meio desses materiais, os próprios educadores que estão promovendo a formação dos professores indígenas conseguem conhecer melhor seus alunos e sua forma de pensar. “Foi por meio de um livro produzido por um professor indígena que percebemos que seu povo não classificava o lixo como ‘orgânico’, ‘não-orgânico’ e ‘tóxico’, como nós, mas como lixo ‘seco’, ‘molhado’ e ‘perigoso’. Então, também passamos a usar esse critério nas aulas de formação em educação ambiental”, explica.

Na aldeia Krukutu, também em Parelheiros, a primeira escola indígena, inaugurada este ano pelo governo do Estado, só trabalha com professores formados pelo curso de formação em magistério indígena. Lá, as crianças ainda não têm livros didáticos desenvolvidos por seus professores, mas já contam com livros de histórias guaranis escritos em português por um membro da aldeia, Olívio Jekupé, e editados pela editora Peirópolis. “Gosto de aprender português lendo a história da sereia que levou o bebê de um pescador”, conta Jussara Pires de Lima, de 11 anos, que está cursando a quarta série. “A gente aprende a língua por meio das histórias do nosso povo”, explica.

Antes da inauguração da escola em sua aldeia, Jussara freqüentava a escola da aldeia vizinha, mas tinha aulas com professores não-guaranis. Seu atual professor, Pedro Mirim Delane, de 22 anos, também já pensa em desenvolver os seus livros didáticos. “É muito difícil ensinar usando livros não-guaranis”, atenta ele. “Os alunos não se identificam nem com o texto nem com as ilustrações.” ■

**Olívio Jekupé é autor de livros de histórias guaranis utilizados nas escolas indígenas**

“É muito difícil ensinar usando livros não-guaranis”, atenta ele. “Os alunos não se identificam nem com o texto nem com as ilustrações.” ■